

Votorantim Asset
Management
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários Ltda

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
----------------------------------	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
---	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES	13
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	19
8. OUTROS VALORES E BENS	19
9. INVESTIMENTOS	19
10. IMOBILIZADO DE USO	19
11. INTANGÍVEL	20
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES	20
13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	21
14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
16. TRIBUTOS	23
17. PARTES RELACIONADAS	25
18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	26
19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	27
20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	29
21. OUTRAS INFORMAÇÕES	32
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	33

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., também denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A VWM&S, estrutura organizacional consolidadora das atividades de Asset Management (VAM) e Private Bank, encerrou 2017 com patrimônio líquido de R\$ 97,1 milhões (R\$ 81,4 milhões em Dez.16), e o resultado líquido de R\$ 18,6 milhões (R\$ 6,6 milhões em 2016).

Visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, desde 2012 a VAM é signatária do PRI - Principles of Responsible Investment.

A VAM atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de corporate e institucionais a clientes de private bank e distribuidores - e atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o ranking de gestores da ANBIMA, ocupando a 9ª posição ao final de Dez.17 com volume total de recursos geridos de R\$ 55,7 bilhões, ante R\$ 53,8 bilhões ao final de 2016.

No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou 2017 com volume administrado de R\$ 21,7 bilhões e ocupa a 2ª posição no Ranking de Gestores de Fundos Imobiliários, a 9ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e a 5ª posição de Fundos de Investimentos em Participações elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 10,8%, 1,8% e 6,4%, respectivamente.

Ao longo de 2017 a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FIIs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de Dez.17, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R\$ 4,7 bilhões.

Conforme comunicado ao mercado em Set.17, alinhado ao plano estratégico de rentabilizar os negócios novos e atuais, a VAM realizou a incorporação da Votorantim Corretora de Valores Mobiliários Ltda, fortalecendo o atendimento no canal de Private Bank. O Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação das empresas em reunião realizada dia 31 de janeiro de 2018.

Com relação ao segmento de Private Bank, em Dez.17 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R\$ 27,5 bilhões, dando continuidade a sua missão de ser um Private de soluções com foco na gestão patrimonial.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e aos Quotistas da
Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Evento subsequente

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº22 às demonstrações contábeis, que descreve a incorporação da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“CTVM”) pela Sociedade, conforme a Reunião de Sócios da CTVM e Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade realizados em 31 de janeiro de 2018 e, com base no acervo líquido avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de



2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, reading 'João Paulo Dal Poz Alouche'.

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016		Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		251.397	175.848	PASSIVO CIRCULANTE		132.702	74.682
Disponibilidades	4	883	711	Outras Obrigações		132.702	74.682
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	203.271	138.935	Sociais e estatutárias		18.964	14.720
Aplicações em depósitos interfinanceiros		203.271	138.935	Fiscais e previdenciárias	12a	21.038	8.442
Outros Créditos		47.131	35.707	Negociação e intermediação de valores		6.790	7.190
Rendas a receber		13.088	12.488	Diversas	12b	85.910	44.330
Diversos	7	34.043	23.219	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.154	50.239
Outros Valores e Bens	8	112	495	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		38.154	50.239
Despesas antecipadas		112	495	Outras Obrigações		38.154	50.239
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.607	30.513	Fiscais e previdenciárias	12a	1.063	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.105	25.553	Negociação e intermediação de valores		9.207	12.660
Títulos e Valores Mobiliários		-	6.657	Diversas	12b	27.884	37.579
Carteira própria	6a	-	6.657	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.148	81.440
Outros Créditos		11.105	18.896	Capital		57.011	50.884
Diversos	7	11.105	18.896	De domiciliados no País	15a	57.011	50.884
PERMANENTE		5.502	4.960	Reservas de lucros		40.137	30.556
Investimentos		2.537	2.461				
Outros investimentos	9	5.319	5.975				
(Imparidade acumulada)	9	(2.782)	(3.514)				
Imobilizado de Uso	10	1.803	1.524				
Outras imobilizações de uso		6.985	5.951				
(Depreciação acumulada)		(5.182)	(4.427)				
Intangível	11	1.162	975				
Ativos intangíveis		4.086	3.211				
(Amortização acumulada)		(2.924)	(2.236)				
TOTAL DO ATIVO		268.004	206.361	TOTAL DO PASSIVO		268.004	206.361

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(703)	7.029	16.653
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	(703)	7.029	16.653
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(703)	7.029	16.653
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		24.288	50.124	13.346
Receitas de prestação de serviços	13a	71.515	139.972	119.567
Despesas de pessoal	13b	(29.783)	(59.563)	(70.779)
Outras despesas administrativas	13c	(11.386)	(19.356)	(18.427)
Despesas tributárias	16c	(5.304)	(10.753)	(11.211)
Outras receitas operacionais	13d	43	537	154
Outras despesas operacionais	13e	(797)	(713)	(5.958)
RESULTADO OPERACIONAL		23.585	57.153	29.999
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	-	45	(600)
Receitas não operacionais		-	55	-
Despesas não operacionais		-	(10)	(600)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		23.585	57.198	29.399
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	(11.319)	(24.834)	(9.701)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(5.422)	(13.772)	(13.119)
LUCRO LIQUIDO		6.844	18.592	6.579
LUCRO POR QUOTA				
Lucro por lote de mil quotas - R\$	15c	1,20	3,26	1,29
Quantidade de quotas (lote de mil)	15a	5.701.076	5.701.076	5.088.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e 2016
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social Capital realizado	Reservas de Lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas		
Saldos em 31.12.2015		50.884	6.593	18.916	-	-	76.393
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	6.579	6.579
Destinações:							
Reserva legal		-	452	-	-	(452)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(1.532)	(1.532)
Reserva especiais de lucros		-	-	-	4.595	(4.595)	-
Saldos em 31.12.2016		50.884	7.045	18.916	4.595	-	81.440
Mutações do período		-	452	-	4.595	-	5.047
Saldos em 30.06.2017		57.011	7.632	18.916	-	11.161	94.720
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	6.844	6.844
Destinações:							
Reserva legal		-	343	-	-	(343)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(4.416)	(4.416)
Reserva especiais de lucros		-	-	-	13.246	(13.246)	-
Saldos em 31.12.2017		57.011	7.975	18.916	13.246	-	97.148
Mutações do período		-	343	-	13.246	(11.161)	2.428
Saldos em 31.12.2016		50.884	7.045	18.916	4.595	-	81.440
Reversão dividendos propostos exercício anterior	15c	-	-	-	1.532	-	1.532
Aumento de capital	15a	6.127	-	-	(6.127)	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	18.592	18.592
Destinações:							
Reserva legal		-	930	-	-	(930)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(4.416)	(4.416)
Reserva especiais de lucros		-	-	-	13.246	(13.246)	-
Saldos em 31.12.2017		57.011	7.975	18.916	13.246	-	97.148
Mutações do período		6.127	930	-	8.651	-	15.708

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.
 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e
 semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		23.585	57.198	29.399
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		(2.500)	(725)	2.518
Depreciações e amortizações	13c	549	1.059	1.125
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		-	(43)	2.332
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	14	-	(12)	449
Despesas (Reversão) com provisões trabalhistas e fiscais		(3.049)	(1.729)	(1.388)
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		21.085	56.473	31.917
Variações Patrimoniais		(27.399)	(61.357)	(27.249)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(73.094)	(64.336)	(5.920)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(9.300)	(9.859)	910
(Aumento) Redução em outros valores e bens		401	438	(523)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.567)	(14.867)	(2.944)
(Redução) Aumento em outras obrigações		64.161	27.267	(18.772)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(6.314)	(4.884)	4.668
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição / aumento líquido) de títulos disponíveis para venda		-	-	369
(Aquisição) de investimentos		(135)	(135)	(1.988)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(773)	(1.063)	(1.131)
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(471)	(875)	(1.375)
Alienação / redução líquida de títulos disponíveis para venda		7.043	6.657	-
Alienação de imobilizado de uso		403	413	-
Alienação / redução de investimentos		39	59	-
Alienação / baixa de intangíveis		-	-	7
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		6.106	5.056	(4.118)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Início do período		1.091	711	161
Fim do período	4	883	883	711
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(208)	172	550

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017		Exercício/2017		Exercício/2016	
Receitas		70.058		146.870		129.816	
Receitas da intermediação financeira	6b	(703)		7.029		16.653	
Receitas de prestação de serviços	13a	71.515		139.972		119.567	
Outras receitas/(despesas)	13d / 13e / 14	(754)		(131)		(6.404)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(9.387)		(15.573)		(14.249)	
Materiais, água, energia e gás	13c	(305)		(502)		(256)	
Serviços de terceiros	13c	(8)		(9)		(67)	
Comunicações	13c	(176)		(265)		(234)	
Processamento de dados	13c	(2.272)		(4.166)		(4.390)	
Manutenção e conservação de bens	13c	(517)		(891)		(1.007)	
Transportes	13c	(320)		(607)		(539)	
Serviços de vigilância e segurança	13c	(52)		(89)		(39)	
Serviços técnicos especializados	13c	(3.238)		(4.709)		(3.434)	
Serviços do sistema financeiro	13c	(758)		(1.780)		(2.041)	
Publicações, Propaganda e publicidade	13c	(48)		(137)		(123)	
Emolumentos judiciais e cartorários	13c	(26)		(96)		(99)	
Outros	13c	(1.667)		(2.322)		(2.020)	
Valor Adicionado Bruto		60.671		131.297		115.567	
Despesas de depreciação e amortização	13c	(549)		(1.059)		(1.125)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		60.122		130.238		114.442	
Valor Adicionado a Distribuir		60.122	100,00%	130.238	100,00%	114.442	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		60.122	100,00%	130.238	100,00%	114.442	100,00%
Pessoal		31.364	52,17%	61.455	47,19%	73.228	63,99%
Salários, honorários e demandas trabalhistas	13b	21.057		36.598		49.917	
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		5.422		13.772		13.119	
Benefícios e treinamentos	13b	3.541		6.335		6.002	
FGTS		1.344		4.750		4.190	
Impostos, Taxas e Contribuições		20.468	34,04%	47.467	36,45%	31.582	27,60%
Federais		18.640		43.781		28.703	
Estaduais		1		1		1	
Municipais		1.827		3.685		2.878	
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.450	2,41%	2.724	2,09%	3.053	2,67%
Aluguéis	13c	1.450		2.724		3.053	
Remuneração de Capitais Próprios		6.840	11,38%	18.592	14,27%	6.579	5,74%
Dividendos		4.416		4.416		1.532	
Lucro retido / (Prejuízo) absorvido		2.424		14.176		5.047	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Sociedade”) é uma Sociedade de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A Sociedade aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares (Nota Explicativa nº 11). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado,

a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 13c).

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

A Sociedade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível

Softwares - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Sociedade, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

j) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazos são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o Princípio da competência, o pronunciamento requer que a Sociedade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

A Sociedade possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de 1 a, no máximo, 4 anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 18.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 19).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	883	711
Disponibilidades em moeda nacional	883	711
Total	883	711

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	203.271	138.935
Total	203.271	138.935
Ativo circulante	203.271	138.935

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de aplicações em dep. Interfinanceiros (Nota 6b)	6.340	13.685	16.990
Total	6.340	13.685	16.990

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Títulos e valores mobiliários - TVM****a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	31.12.2017			31.12.2016		
	Total			Total		
	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	6.657	6.657	-
Títulos Privados	-	-	-	6.657	6.657	-
Cotas de FIDC	-	-	-	6.657	6.657	-
Total	-	-	-	6.657	6.657	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2017			31.12.2016		
	Total			Total		
	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	-	-	-	6.657	6.657	-
Total	-	-	-	6.657	6.657	-

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.340	13.685	16.990
Aplicações em fundos de investimento	(7.043)	(6.656)	(337)
Total	(703)	7.029	16.653

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não havia títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e “negociação”.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade não possui carteira de títulos e valores mobiliários.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações salariais	249	192
Valores a receber de sociedades ligadas	-	853
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 16d)	28.489	34.714
Devedores diversos - no País	-	81
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19f)	762	781
Impostos e contribuições a compensar	11.921	2.991
Títulos e créditos a receber	3.651	2.476
Outros	76	27
Total	45.148	42.115
Ativo circulante	34.043	23.219
Ativo não circulante	11.105	18.896

8. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas antecipadas	112	495
Despesas de processamento de dados	3	11
Despesas de serviços técnicos especializados	67	44
Outras	42	440
Total	112	495
Ativo circulante	112	495

9. INVESTIMENTOS

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos por incentivos fiscais	3.567	4.193
Outros	1.752	1.782
Total	5.319	5.975
(Imparidade acumulada)	(2.782)	(3.514)

10. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017		
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Móveis e equipamentos de uso	383	(9)	(53)	1.665	(1.344)	321
Sistema de comunicação	32	3	(9)	849	(823)	26
Sistema de processamento de dados	28	-	(6)	2.289	(2.267)	22
Sistema de segurança	61	2	(12)	95	(44)	51
Instalações	1.020	654	(291)	2.087	(704)	1.383
Total	1.524	650	(371)	6.985	(5.182)	1.803

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. INTANGÍVEL**a) Movimentação e composição**

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017		
	Saldo contábil	Aquisição / ativação	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Software adquiridos	-	-	-	2	(2)	-
Licenças de uso	682	875	(540)	2.989	(1.972)	1.017
Softwares desenvolvidos internamente	293	-	(148)	1.095	(950)	145
Total	975	875	(688)	4.086	(2.924)	1.162

b) Estimativa de amortização

	2018	2019	Total
Valores a amortizar	712	450	1.162

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	18.704	5.975
Impostos e contribuições a recolher	3.397	2.467
Total	22.101	8.442
Passivo circulante	21.038	8.442
Passivo não circulante	1.063	-

b) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	54.587	64.346
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 19d1)	10.622	12.369
Valores a pagar sociedades ligadas	2.118	1.710
Credores diversos - no País ⁽²⁾	45.918	3.046
Provisão para demandas fiscais (Nota 19d1) ⁽³⁾	549	438
Total	113.794	81.909
Passivo circulante	85.910	44.330
Passivo não circulante	27.884	37.579

⁽¹⁾ Inclui provisão pra honorários fiscais, provisões para remuneração variável e provisão para pagamentos.

⁽²⁾ Inclui valores a pagar aos agentes custodiantes.

⁽³⁾ Inclui obrigações legais.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**a) Receitas de prestação de serviços**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Administração de fundos	68.455	127.037	114.863
Comissões sobre colocação de títulos	1.404	10.636	2.983
Assessoria financeira	-	-	820
Serviços de custódia	837	837	-
Outros serviços	819	1.462	901
Total	71.515	139.972	119.567

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Proventos	(21.921)	(34.244)	(40.733)
Encargos sociais	(5.185)	(16.632)	(14.860)
Benefícios	(3.394)	(6.164)	(5.977)
Demandas Trabalhistas	1.794	(545)	(6.994)
Honorários e Pró labore	(930)	(1.807)	(2.190)
Treinamentos	(147)	(171)	(25)
Total	(29.783)	(59.563)	(70.779)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Água, energia e gás	(222)	(382)	(171)
Aluguéis	(1.450)	(2.724)	(3.053)
Comunicações	(176)	(265)	(234)
Manutenção e conservação de bens	(517)	(891)	(1.007)
Material	(83)	(120)	(85)
Processamento de dados	(2.272)	(4.166)	(4.390)
Promoções e relações públicas	(382)	(460)	(357)
Publicações, Propaganda e publicidade	(48)	(137)	(123)
Serviços do sistema financeiro	(758)	(1.780)	(2.041)
Serviços de terceiros	(8)	(9)	(67)
Serviços de vigilância e segurança	(52)	(89)	(39)
Serviços técnicos especializados	(3.238)	(4.709)	(3.434)
Transportes	(320)	(607)	(539)
Viagens	(193)	(395)	(515)
Emolumentos judiciais e cartorários	(26)	(96)	(99)
Depreciação	(192)	(371)	(303)
Amortização	(357)	(688)	(822)
Outras	(1.092)	(1.467)	(1.148)
Total	(11.386)	(19.356)	(18.427)

d) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Variação monetária ativa	1	3	121
Atualização de depósitos em garantia	39	53	19
Reversão de provisões administrativas ⁽¹⁾	3	481	14
Total ⁽²⁾	43	537	154

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 inclui reversões de provisões de remuneração variável constituídas em exercícios anteriores, deduzidas de novas provisões constituídas no segundo semestre de 2017.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Atualização de remuneração variável (ações virtuais)	(735)	-	(2.079)
Demandas fiscais	(38)	(111)	(5)
Outras ⁽¹⁾	(24)	(602)	(3.874)
Total⁽²⁾	(797)	(713)	(5.958)

⁽¹⁾ Referem-se basicamente à reversão de provisão de taxa de administração ou performance, bem como despesas de encerramento de fundos de investimentos.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas não operacionais	-	55	-
Reversão de provisão para desvalorização de valores e bens	-	12	-
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	-	43	-
Despesas não operacionais	-	(10)	(600)
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	(449)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	-	(103)
Perdas de outros investimentos	-	(10)	(48)
Outras	-	-	-
Total ⁽¹⁾	-	45	(600)

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 57.011 (R\$ 50.884 em 31 de dezembro de 2016) está representado por 5.701.075.650 quotas (5.088.407.391 quotas em 31 de dezembro de 2016).

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 28 de abril de 2017, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 6.127, com a emissão de 612.668.259 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 14 de junho de 2017.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos sócios

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

Outras reservas - Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 4.416 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.532 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

	Exercício/2017	Exercício/2016
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período	18.592	6.579
Reserva legal	(930)	(452)
Base de cálculo	17.662	6.127
Dividendo mínimo obrigatório	4.416	1.532
Valor proposto	4.416	1.532
% sobre a base de cálculo	25%	25%

	Exercício/2017		Exercício/2016	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$
Lucro líquido do período	18.592	3,26	6.579	1,29
Dividendos a pagar	4.416	0,77	1.532	0,30

16. TRIBUTOS**a) Demonstração da despesa de IR e CSLL**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Valores correntes	(15.205)	(18.609)	(6.234)
IR e CSLL no País - Corrente	(15.301)	(18.705)	(6.234)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	96	96	-
Valores Diferidos	3.886	(6.225)	(3.467)
Ativo fiscal diferido	3.886	(6.225)	(3.467)
Diferenças temporárias	3.886	(6.225)	(3.467)
Total	(11.319)	(24.834)	(9.701)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado antes dos tributos e participações	23.585	57.198	29.399
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro/2018 e 15% a partir de janeiro/2019)	(10.612)	(25.738)	(13.230)
Participação de empregados no lucro	2.439	6.196	5.904
Outros Valores	(3.146)	(5.292)	(2.375)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(11.319)	(24.834)	(9.701)

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
COFINS	(2.789)	(5.826)	(5.526)
ISSQN	(1.633)	(3.389)	(2.788)
PIS	(453)	(947)	(904)
Outras	(429)	(591)	(1.993)
Total	(5.304)	(10.753)	(11.211)

d) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Ativado)

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017
	Saldo	Movimentação no Período		Saldo
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	34.714	6.105	(12.330)	28.489
Provisões Passivas	34.714	6.105	(12.330)	28.489
Total dos Créditos Tributários Ativados	34.714	6.105	(12.330)	28.489
Imposto de Renda	17.423	3.134	(6.624)	13.933
Contribuição Social ⁽¹⁾	17.291	2.971	(5.706)	14.556

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Não ativado)

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2017.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2018	18.146	17.434
Em 2019	4.164	3.815
Em 2020	2.249	1.954
Em 2021	1.410	1.158
Em 2022	1.423	1.104
A partir de 2023	1.097	759
Total de Créditos Tributários	28.489	26.224

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na Sociedade no montante de R\$ 18.819 (R\$ 15.620 em 31 de dezembro de 2016), correspondente a 96% (98% em 31 de dezembro de 2016) da respectiva projeção de utilização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2016.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2018	0%	64%
Em 2019	0%	15%
Em 2020	0%	8%
Em 2021	0%	5%
Em 2022	0%	5%
A partir de 2023	0%	3%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Sociedade, formado pela Diretoria:

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Honorários e Pró labore	930	1.807	2.190
Gratificações	-	8.606	6.515
Encargos sociais	240	3.092	2.593
Total	1.170	13.505	11.298

A Sociedade não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Sociedade realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados e captações no mercado aberto. Há ainda contratos de prestação de serviços.

A Sociedade não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

	31.12.2017				
	Conglomerado Financeiro Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	24	-	820	-	844
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	203.271	-	203.271
Passivos					
Outros passivos	-	-	(5.427)	-	(5.427)
	2º Semestre/2017				
Resultado					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	6.340	-	6.340
	Exercício/2017				
Resultado					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	13.685	-	13.685

	31.12.2016				
	Conglomerado Financeiro Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	141	-	552	-	693
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	138.935	-	138.935
Outros ativos	-	-	853	-	853
Passivos					
Outros passivos	-	-	(3.242)	-	(3.242)
	Exercício/2016				
Resultado					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	16.990	-	16.990

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016.

No primeiro semestre de 2017, a Sociedade implementou o Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

A Sociedade possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

Plano ILP: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Sociedade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidos no resultado em “Despesas de Pessoal - Proventos” R\$ 15.965 (R\$ 24.326 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

Na sociedade, ocorreram os seguintes pagamentos referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Ano do Programa	Exercício/2017	Exercício/2016
2012	6.616	6.987
2013	10.501	10.313
2014	9.995	1.040
2015	760	-
2016	83	-
Total	27.955	18.340

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registrou na rubrica “Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar” o montante de R\$ 45.241 (R\$ 54.776 em 31 de dezembro de 2016).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Quantidade inicial	6.986.437	10.760.585	9.465.833
Novos / Atualizações	2.201.502	4.545.905	5.718.773
Pagos	-	(6.017.784)	(4.070.854)
Canceladas	(85.936)	(186.703)	(353.167)
Quantidade final	9.102.003	9.102.003	10.760.585

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

A Sociedade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

A Sociedade está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Provisões para demandas trabalhistas e fiscais - Prováveis

A Sociedade constitui provisão para demandas trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Sociedade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Sociedade considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e fiscais.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais		
	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	448	438	421
Constituições	-	11	-
Baixa por pagamento	-	(11)	(7)
Atualização monetária	8	18	24
Saldo final	456	456	438

	Demandas trabalhistas ⁽¹⁾		
	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	13.679	12.369	10.998
Constituições	866	5.194	11.822
Reversão da provisão	(4.727)	(6.814)	(9.380)
Baixa por pagamento	(519)	(2.170)	(2.270)
Atualização monetária	1.323	2.043	1.199
Saldo final ⁽¹⁾	10.622	10.622	12.369

⁽¹⁾ Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Essa alteração incorreu em uma reversão na provisão de R\$ 6.139.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2017	
	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.622	456
Total	10.622	456

e) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Sociedade. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Cíveis	3.748	-
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	6.624	6.317
Demandas Trabalhistas ⁽²⁾	24.785	25.609
Total	35.157	31.926

⁽¹⁾ O principal processo contingente avaliado como risco de perda possível está relacionado à IRPJ/CS sobre Juros sobre o Capital próprio.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros. Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Os montantes de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 8.167 foram rerepresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz dessa nova modelagem de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

f) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas cíveis	37	101
Demandas fiscais	37	34
Demandas trabalhistas	688	646
Total	762	781

g) Obrigações Legais - Dedução do ISS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS

A Sociedade obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela. O montante de R\$ 93 foi constituído na rubrica Provisão para Contingências - Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Companhia adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.846, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;

- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Em março de 2017 o Bacen publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, revogando as Resoluções CMN nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721, nº 4.090 após prazo de implementação das novas recomendações previsto na norma. O Banco Votorantim está classificado no Segmento 2 (S2), conforme Resolução nº 4.553 do CMN, neste caso, a Resolução nº 4.557 deve ser implementada até fevereiro de 2018.

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na Companhia é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Companhia elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de dezembro de 2017, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,53% (15,06% em 31 de dezembro de 2016).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Sociedade aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2017.

b) Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia - Fiança para processos judiciais	3.971	30
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	4.700	7

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Reunião de Sócios da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., realizados em 31 de janeiro de 2018, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CTVM pela Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CTVM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CTVM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicará em um aumento do Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor nominal unitário de R\$ 0,01, a serem atribuídas aos sócios da Votorantim CTVM, em substituição às suas participações nesta detidas. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o contrato social da Votorantim Asset não sofrerá qualquer outra alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CTVM incorporados pela Votorantim Asset:

Ativos: 386.995

Passivos: 120.204

Patrimônio Líquido: 266.791

* * *